



SESSÃO ESCOLAR

Foram as longas e intensas semanas de muito trabalho, dedicação e empenho que antecederam a campanha eleitoral que se aguardava ansiosamente na escola Dr. Manuel Fernandes. Os membros das duas listas participantes reuniram-se individualmente para debater e contender variados ideias, ideais e opiniões de justiça sobreabundante ao tema proposto “Igualdade de Género”.



Durante a campanha, o auditório da escola Dr. Manuel Fernandes acolheu, no primeiro cotejo formal, os deputados de cada lista candidata ao Parlamento dos Jovens e o respetivo público interessado. Posteriormente à apresentação formal dos deputados e respectivas medidas propostas, iniciou-se o debate, sendo o mesmo

presidido de forma exemplar pelos presidentes de cada lista. Não fugindo à regra, foi um tema que deu origem a um debate interessante que originou reações bastante positivas tanto pelo público, como pelos professores que sentiram orgulho por verem os membros de cada lista a representar muito bem o seu papel com argumentos perspicazes muito bem trabalhados tal como o seu discurso. Após o ato eleitoral, decorreu então a sessão escolar que se revelou bastante interessante, com um tom formal e muito bem presidida pela presidente de mesa Constança Diogo, eleita na mesma. Após um verdadeiro e aceso debate procedeu-se à elaboração, de forma consensual, do projeto de recomendação que seria levado pelos deputados João Morgado e Inês Grácio à sessão distrital, em Santarém.

SESSÃO DISTRITAL

Foi no dia 27 de Fevereiro que os deputados eleitos na sessão escolar se deslocaram à Assembleia Municipal de Santarém (antiga Escola Prática de Cavalaria de Santarém) com o objetivo de defender o seu projeto de recomendação, resultante do consenso de todos os deputados envolvidos na sessão escolar da Escola Dr. Manuel Fernandes. Os deputados abrantinos que se regeram um pouco por Kant, estavam cientes de que mais importante que o grupo ir à Sessão Nacional, seria, juntamente com os deputados eleitos na sessão escolar das restantes escolas, elaborar o melhor projeto de recomendação possível e exequível para ser levado à mesma. Mais uma vez o trabalho deu frutos e como tal, os deputados abrantinos sentiram-se realizados, pois além de terem incluído as suas medidas no projeto de recomendação, tinham sido eleitos para participar na sessão nacional do parlamento jovens, tendo o nosso deputado João Morgado, sido eleito como porta-voz do círculo eleitoral Santarém.



Os deputados do círculo de Santarém recomendaram à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas: “1. Atribuição de maiores poderes e competências à Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), de forma a poder exercer uma fiscalização mais eficaz e combater a desigualdade salarial; 2. Alteração legislativa que estabeleça a licença de parentalidade para 180 dias, dos quais 60 pertençam obrigatoriamente à mãe, 60 ao pai e os restantes 60 dias ficará ao critério dos progenitores e 3. Instituição de um certificado que reconheça entidades empregadoras, públicas e privadas, como promotoras da igualdade de género.”

SESSÃO NACIONAL

Viajar é algo que cria laços, amizades, relações interpessoais e é também uma forma de aprender bastante e as viagens que se realizaram de autocarro para a Casa da Democracia não foram exceção. Ao longo do percurso, não entravam apenas deputados, mas também histórias, opiniões, ideais e passados diferentes que fizeram com que cada viagem fosse única e sempre bastante animada.

O objetivo e a grande ambição da equipa abrantina sempre foi poder ter uma participação ativa e uma experiência enriquecedora na Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens. O trabalho e empenho recompensaram e foi no dia 14 de Maio que a equipa abrantina que iria representar o círculo eleitoral de Santarém na casa da democracia na Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens 2018 foi recebida com grande entusiasmo por toda uma equipa que estava preparada para nos despertar o interesse pela vida política e a participação cívica na sociedade preparando-nos para a sessão que decorreria no dia seguinte.

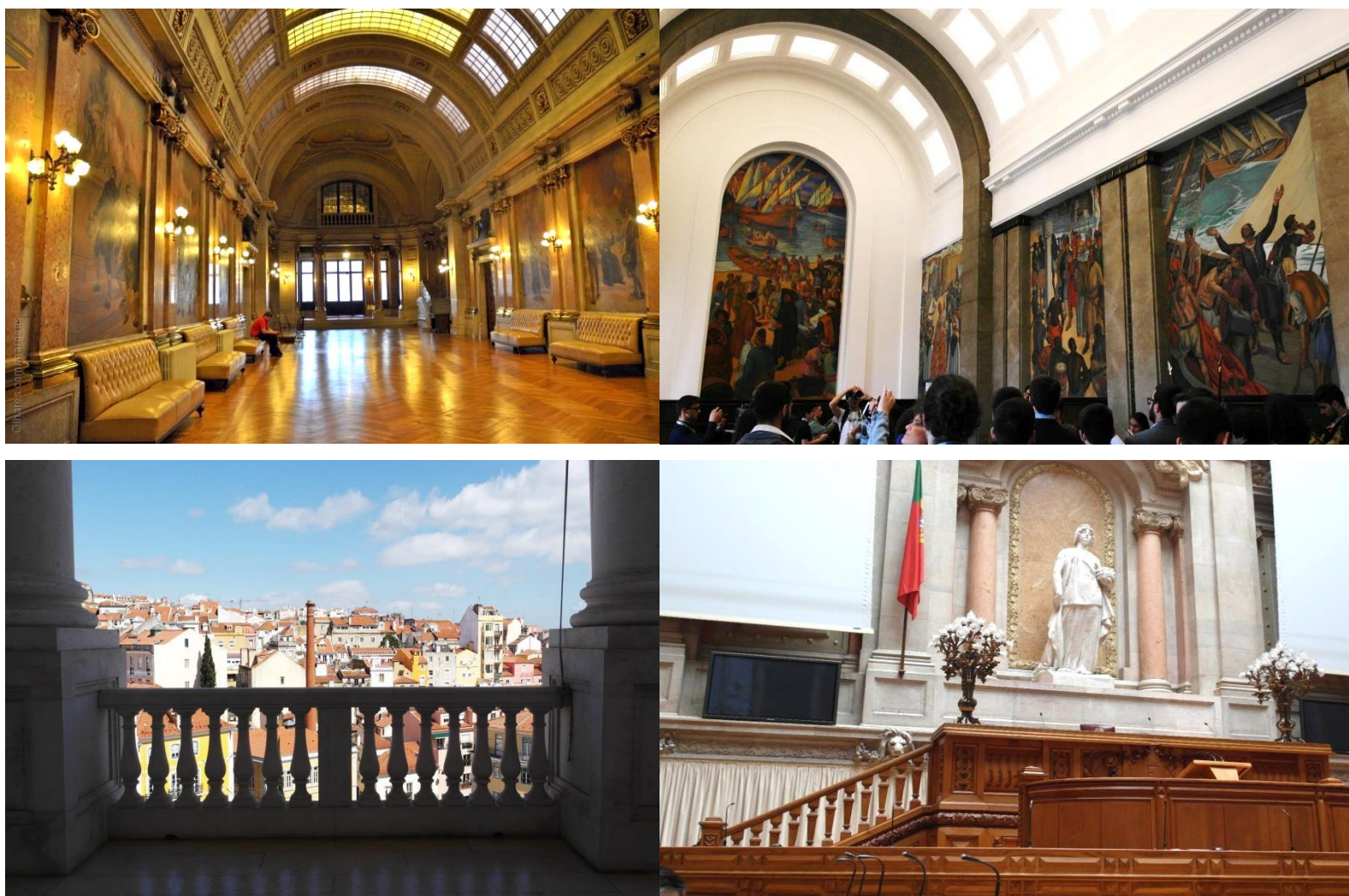


O círculo de Santarém foi representado pela Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes pelo porta-voz do círculo João Morgado e Inês Grácio, pelo Centro de Estudos de Fátima por Gonçalo Gomes e Maria Alves, e pela Escola Secundária Maria Lamas por Margarida Gameiro e Rui Pires, sendo Constança Diogo da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes a Vice-Presidente da mesa na Sessão Nacional e Presidente na mesa na Sessão Distrital. Após a chegada das delegações, sucedeu-se a reunião das Comissões onde se debateram na generalidade os Projetos de Recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais sob a orientação de Deputados da Assembleia da República em representação de alguns Grupos Parlamentares.



As reuniões foram interrompidas por um breve lanche e de seguida, os jornalistas iniciaram a visita guiada ao maravilhoso Palácio de S. Bento que outrora foi um mosteiro e, os professores foram dirigidos directamente à Sala dos Passos Perdidos,

cujo nome se deve aos inúmeros “passos perdidos” noutra altura, por cidadãos que aguardavam, por longos períodos de tempo para serem atendidos pelos deputados ou pelos governantes. Seguidamente visitámos o imponente Salão Nobre e também a sumptuosa Sala das Sessões que é fruto do projeto de reconstrução revolucionária do arquiteto Ventura Terra, elaborado após esta ter sido afectada por um incêndio em 1895, que a destruiu na sua totalidade. Nesta sala assistimos ainda a um momento elucidativo onde os jornalistas tiveram a oportunidade de perceber melhor o funcionamento da Assembleia da República, o enquadramento na História e a disposição dos deputados nas bancadas orientadas em semicírculo e respectivas hierarquias.



Voltámos às reuniões das Comissões onde continuava o aceso debate na especialidade e que daí deu origem à redação final do projeto de recomendação da Comissão e seleção das perguntas a apresentar no Plenário.



Sem fugir às altas expectativas, a Assembleia da República cativou-nos e deleitou-nos com um incrível e apaixonante momento cultural (coro) que se seguiu de um agradável jantar que resultou em mais um momento de convívio.



Após uma noite que certamente ficou na memória de todos pois tivemos a oportunidade de conhecer pessoas fantásticas de variadas regiões do país que se juntaram em vários quartos para debater sobre múltiplos temas tal como touradas, homofobia e escolhas partidárias ou inclinações políticas em momento informal, chegou o dia da Sessão Nacional.

Deu-se a chegada das delegações e às 10h iniciou-se a abertura solene do Plenário pela Vice-Presidente da Assembleia da República, Teresa Caeiro.



Após breves intervenções de cada um dos deputados presentes em representação dos diversos partidos, sucedeu-se um período de perguntas e posteriormente, a apresentação das mesmas aos Deputados da Assembleia da República. Estiveram presentes os Srs. deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Ivan Gonçalves (PS), Luís Monteiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e Heloísa Apolónia (PEV). Deu-se um debate verdadeiramente interessante de recomendação à Assembleia da República sobre o tema Igualdade de Género.



Os jornalistas tiveram a oportunidade de entrevistar os deputados representantes de cada partido, incluindo Heloísa Apolónia que quando questionada sobre a importância

do Parlamento dos Jovens, disse que: *“É muitíssimo importante pois permite aos jovens debater temas concretos e criar uma maior consciencialização relativamente a temas como a Igualdade de Género...e as ideias contraditórias que se debatem e a argumentação, é tudo importante pois faz parte da dinâmica política e é assim que a nossa sociedade vai avançando...”*.



Tiveram ainda o prazer de ouvir uma verdadeira conferência de imprensa com um homem sábio e bastante vivido, o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Alexandre Quintanilha que nos falou de homossexualidade, equidade de quotas e sucesso na vida. De seguida, partimos para o almoço e seguidamente para a Conclusão do longo debate e votação final global do Projeto de Recomendação.



Os deputados da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens recomendaram à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas: “1. Revisão das folhas salariais pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e aplicação de sanções às empresas que não promovam a igualdade de género. 2. Promover o acesso a cargos públicos e de chefia com base na meritocracia, reforçando a fiscalização da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Considerar crime público a discriminação salarial e profissional entre homens e mulheres com a mesma função e as mesmas habilitações no local de trabalho. 3. Alteração do prazo internupcial descrito no artigo 1605.º do nosso Código Civil para 180 dias quer para o homem, quer para a mulher. 4. Restruturação da disciplina de Formação Cívica (com uma carga horária de, pelo menos, uma aula por semana, adaptável a cada escola e com carácter obrigatório), atendendo ao facto de que o problema da desigualdade de género assenta na mentalidade das pessoas e a solução passa necessariamente pela educação e formação dos jovens com o tema obrigatório da igualdade de género. 5. Realização de ações de formação sobre a igualdade de género, para professores e outros profissionais, a serem implementadas nas escolas junto dos jovens. Dinamização de atividades e projetos em escolas com o propósito de alertar os jovens para as questões da 2/2 desigualdade de género, através de campanhas de sensibilização para a mudança de mentalidades, o que seria conseguido através de outdoors, anúncios televisivos, spots de rádio e flyers. 6. Aplicação imediata de medida preventiva a todo e qualquer agressor(a), na sequência de denúncia de violência doméstica com demonstrações de ataque à integridade física, de modo a garantir a segurança da vítima e evitar que fique sujeita a qualquer outro tipo de violência (desrespeito à sua estabilidade profissional, à sua integridade física e/ou psicológica e à do seu agregado familiar). 7. Na sequência do reconhecimento de géneros não binários propomos o reconhecimento do terceiro género (X), em Portugal, de forma a assegurar os direitos e as liberdades de todos, alterando o n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, salvaguardando a igualdade de género. 8. Alteração da alínea b) do n.º 2 do artigo 58.º da Constituição da República Portuguesa, que passa a ter a seguinte redação: “A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo e opções a nível de planeamento familiar, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais”.”

Deu-se o emocionante encerramento da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens com pequenas intervenções cativantes e comoventes dos porta-vozes e ouviu-se um discurso entusiasta pela coordenadora do Grupo de Trabalho Parlamento dos Jovens da comissão de Educação e Ciência, Laura Monteiro Magalhães, que sublinhou a importância da intervenção cívica, da justiça na Igualdade de Género e de iniciativas como esta que nos despertam o bichinho da política que todos temos, afinal; somos animais políticos.



António Oliveira (Jornalista)